

ADVOGADOS ACUSAM

Mudança nos tribunais está a atrasar julgamentos

Pedro Elias

Advogados falam em atrasos e reagendamentos de julgamentos e outras diligências. Lembram que os clientes tendem a ser pouco sensíveis às razões que motivam os atrasos nas decisões da Justiça.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

Atrasos na marcação de diligências e reagendamentos de julgamentos estão a levar a justiça a marcar passo nos tribunais. Esta realidade é admitida por vários advogados contactados pelo Negócios, que apontam uma recomendação, datada de Abril, do Conselho Superior de Magistratura para explicar a situação que se vive. Na génese de tudo isto está o novo mapa judiciário, que vigorará a partir de 1 de Setembro.

“Desde há cerca de dois meses que os senhores magistrados, em cumprimento da deliberação do Conselho Superior de Magistratura, de 9 de Abril de 2014, que recomendou evitar-se as marcações de audiências de julgamento e outras diligências para data ulterior a 31 de Agosto de 2014, deixaram os processos em suspenso, sem marcação de data de julgamento ou de quaisquer outros procedimentos”, explica Rita Cruz, sócia da CCA-Ontier.



Durante os 45 dias das férias judiciais milhões de processos vão ser transferidos para os novos juízes e secções de tribunais.

O advogado Nuno Líbano Monteiro considera que a recomendação do CSM se entende, porque o objectivo é assegurar que a mudança correrá bem.

A mesma advogada refere que, noutras situações, por não conseguirem assegurar que os processos estivessem concluídos até 15 de Julho, nomeadamente as audiências finais, os juízes “deram sem efeito marcações que já estavam agendadas para os meses de Junho ou Julho”, implicando o que considera “um atraso inadmissível nos processos, pois a maior parte deles só será julgado, com grande probabilidade, para o ano que vem”.

João Martinho do Rosário, advogado da ABBC, considera que “este problema generalizado vai seguramente implicar perturbações significativas na dinâmica da generalidade dos

processos, com atrasos substanciais na realização da justiça, nomeadamente no que diz respeito ao agendamento de diligências judiciais”.

Clientes pouco sensíveis às razões dos atrasos

Embora considere que se trata de “uma situação compreensível, à luz das circunstâncias”, Miguel Pereira Coutinho, advogado associado da Cuatrecasas Gonçalves Pereira, observa que a mesma suscita “importantes dificuldades, não só a nível do decurso dos prazos de prescrição, como também no que diz respeito à gestão das expectativas dos clientes, que tendem a ser pouco

sensíveis às razões que motivam os atrasos”.

O advogado Nuno Líbano Monteiro, sócio da PLMJ, reconhece que também é afectado por este problema, mas considera que a recomendação do CSM é legítima, uma vez que a intervenção deste órgão e neste âmbito está prevista na Lei de Organização do Sistema Judiciário. Ao mesmo tempo, entende a medida, pois a mesma terá alegadamente como objectivo “assegurar que tudo correrá bem”.

O mesmo advogado admite estar à espera de atrasos em resultado das mudanças que serão levadas a cabo com o novo mapa judiciário, mas espera que os

Segurança na transferência de milhões de processos deixa advogados divididos

Juizes dizem que é preciso “não fazer drama”

“Justiça está parada”, diz presidente do CDL

O alerta para os novos problemas que a nova organização dos tribunais poderá criar foi avançado ao Negócios pelo presidente do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados, António Jaime Martins. Em entrevista, este dirigente afirmou mesmo que “a Justiça está parada desde Abril”. E explicou: “Há uma deliberação de 9 de Abril do Conselho Superior de Magistratura – que quis evitar um mal maior. Nessa deliberação, o CSM diz o seguinte: ‘A partir deste momento, estamos em Abril, se os senhores magistrados verificarem que não conseguem agendar as diligências judiciais até 15 de Julho, início das férias judiciais, então não marquem nada a partir de Setembro’”. Ou seja, tal significa que os magistrados apenas vão realizar “as diligências nos processos que pensam que ficam consigo”, diz António Jaime Martins.

mesmos não ultrapassem um tempo razoável. “Em resultado desta situação certamente que haverá atrasos, mas o importante é que após estas mudanças os processos retomem o seu curso normal”, sublinha Nuno Líbano Monteiro.

“Esperamos que a mudança seja mesmo vantajosa, pois não é possível continuar a funcionar neste clima de insegurança quanto ao destino dos processos, em que estão em causa os direitos das pessoas e das empresas que nos incumbiram de as representar”, afirma, por seu turno, a advogada Rita Cruz. ■

São milhões de processos aqueles que, a partir de 15 de Julho e até final de Agosto, serão transferidos no âmbito da reforma do mapa judiciário. Estarão criadas as condições para que esta tramitação seja feita de forma segura? Entre os advogados inquiridos pelo Negócios há os que estejam apreensivos com toda esta movimentação, mas também os que acreditem que há condições para que tudo seja feito da forma mais segura possível.

Para a sócia da CCA-Ontier, Rita Cruz, “todos os envolvidos (magistrados, funcionários e advogados) estão apreensivos”. De acordo com a advogada, que recorre a uma deliberação de 9 de Abril do Conselho Superior de Magistratura, são cerca de 3 milhões e quinhentos mil processos que vão ser transferidos electrónica e ou fisicamente.

“Sabemos que a mudança vai decorrer durante as férias judiciais [15 de Julho a 30 de Agosto], mas não será de estranhar o colapso informático e uma demora na reorganização dos processos, com as dificuldades inerentes de acesso aos mesmos para consulta ou para a prática de outros actos”, evidencia Rita Cruz. Pelas razões que refere, considera que “vamos claramente assistir a um retrocesso na tramitação regular e atempada dos processos”.

Num tom de menor cepticismo são as opiniões de outros advogados. Nuno Líbano Monteiro, sócio da PLMJ, considera que “a tramitação dos processos por via electrónica não causará dificuldades, pois deverá ser feita em bloco”. Relativamente à transferência dos processos físicos, as condições logísticas que hoje existem permitem esperar que os riscos de

segurança serão diminutos, entende o mesmo advogado.

Idêntica é a opinião de João Martinho do Rosário, associado da ABBC, que considera haver “condições para que a transferência dos processos seja feita de forma segura”. Ainda assim, admite que podem ocorrer perturbações de natureza técnica, que dificultem o acesso a actos processuais e os processos ou que atrasem a transferência destes.

“O principal problema parece-nos ser o regresso à normalidade, traduzido na disponibilização de meios técnicos e humanos em número adequado à nova realidade e na capacidade dos intervenientes processuais para dar andamento a um número significativo de processos que se encontram no mesmo estágio processual e de que ainda se vão ter de inteirar previamente”, conclui João Martinho do Rosário. ■

““

Não é possível continuar a funcionar neste clima de constante mudança e de total insegurança quanto ao destino dos processos.



RITA CRUZ
Sócia da CCA-Ontier

““

Este problema vai seguramente implicar perturbações na dinâmica da generalidade dos processos.



JOÃO M. DO ROSÁRIO
Advogado associado da ABBC

““

Temos vindo a ser confrontados com vários atrasos na marcação de julgamentos, e também reagendamentos.



MIGUEL P. COUTINHO
Advogado associado da Cuatrecasas, Gonçalves Pereira

O presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, Mouraz Lopes, considera que a nova reforma judiciária não vai causar prescrições de processos, mas apenas alguns constrangimentos devido à gestão na transição de juizes.

“Trata-se apenas de modificações de gestão da transição de processos e de juizes que vai acontecer a 1 de Setembro, com a nova reforma judiciária. Vai haver alguns constrangimentos em função das agendas durante um pequeno período. É preciso não fazer drama nenhum com isso”, disse Mouraz Lopes, citado pela Lusa.

Entretanto, fonte do Conselho Superior da Magistratura (CSM) desdramatiza a questão dos julgamentos que foram reagendados ou sujeitos a atraso.

“Nas situações em que havia possibilidade de haver sobreposição de agendamentos, optou-se por não marcar”, explicou a juíza Albertina Pedrosa, do CSM, citada pelo “Diário de Notícias”.

Funcionários temem “muitos problemas”

Pouco optimista está o presidente do Sindicatos dos Funcionários Judiciais (SFJ), Fernando Jorge, que, também ele citado pela Lusa, teme a ocorrência de constrangimentos nos processos e aumento das prescrições.

“Prevejo que vai haver muitos problemas. Enquanto sindicato de oficiais de justiça, somos os primeiros a sofrer com os constrangimentos, com as dificuldades, com os problemas que vão surgir com a implementação do mapa judiciário. É quase inevitável”, vaticinou Fernando Jorge. ■